

Educação Profissional no Campo

A construção do Sentido de Empregabilidade da Pequena Produção Rural

Maria da Graça Bollmann*
Gustavo Adolfo Sepulveda**

INTRODUÇÃO

A partir da década de 60 inicia-se no Brasil um ciclo de profundas transformações econômicas no meio rural, caracterizado pela inserção de técnicas e métodos industriais de produção agropecuária, por um reordenamento na distribuição e alocação da força de trabalho da pequena produção rural e por um aumento crescente da produtividade. Concomitante a essas transformações, desenvolveu-se um sistema de extensão rural pedagogicamente orientado para a aprendizagem e incorporação de práticas de produção agropecuária em escala industrial, e para a proposição de alternativas de ocupação competitiva da pequena produção rural. Às diversas agências de extensão e de fomento estatais, têm-se somado os grandes grupos agroindustriais na instalação e manutenção de uma rede de equipes de profissionais, dedicados a realizar pesquisas e a subsidiar, no campo, a formação e qualificação de um novo perfil produtivo da força de trabalho.

O objetivo do presente artigo é analisar de que maneira as práticas educacionais das agências de extensão rural contribuíram para a consolidação do moderno mercado de trabalho agroindustrial e o seu impacto nos níveis de ocupação da força de trabalho rural.

Para tanto, procurar-se-á analisar os efeitos explicativos e práticos dos conceitos de *empregabilidade* e *competitividade* sobre a dinâmica emprego/desemprego no campo, por se constituírem no cerne pedagógico do discurso elaborado e veiculado pelo sistema de extensão rural. Ambos os conceitos serão tomados do ponto de vista da criação de possibilidades efetivas de incorporação da força de trabalho da pequena produção, bem como, do ponto de vista de sua contribuição explicativa sobre a problemática do desemprego e seus desdobramentos educacionais *para os desempregados* no campo.

A elaboração dessa análise depende da compreensão da capacidade de ocupação produtiva possível a partir dos limites da expansão do mercado de força de trabalho, no movimento de reordenamento do ciclo de

produção rural.

O MODELO DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL

Na atualidade, parcela significativa dos produtos agrícolas consumidos no Brasil é realizada por grandes aglomerados agroindustriais. Carnes, leite, frutas, fibras etc. e seus derivados chegam ao consumidor como resultado de um processo que articula a produção de insumos, a produção agropecuária e seu processamento industrial, constituindo uma cadeia produtiva, cuja dinâmica se apresenta como um todo orgânico. Uma ferramenta analítica central para a compreensão da problemática dessa realidade pode ser encontrada no adequado desenvolvimento do conceito de "Complexo Agroindustrial" - CAI.

A formação desses CAIs corresponde ao momento atual de um longo processo de modernização da produção agropecuária, que vem impondo sua lógica ao mundo rural. A *modernização da agricultura* é um conceito que tenta exprimir o conjunto de transformações sofrido pela agropecuária brasileira a partir de meados do século XIX. Trata-se essencialmente do processo de "*substituição de uma economia natural, por atividades agrícolas integradas à indústria, a intensificação da divisão do trabalho e das trocas intersetoriais, a especialização da produção agrícola e a substituição das exportações pelo consumo produtivo interno como elemento central da alocação dos recursos produtivos no setor agropecuário.*" (SILVA, 1996:1). Ou seja, é o processo de transformação das relações de produção agrícolas, tradicionais, em relações de produção industriais no campo.

O conceito de modernização procura dar conta, portanto, dessa transformação, que passa, no campo da produção, pela transformação da base técnica e pelo controle tecnológico das condições naturais e, no campo das relações sociais, pela perda da autonomia do mundo camponês, integrando-o articuladamente à divisão capitalista do trabalho.

O CAI, vale ressaltar, trouxe consigo uma radical alteração do sentido da produção agrícola. No perí-

odo pré-industrial do Brasil, a agricultura era o pólo dinâmico da economia, em torno do qual orbitavam todos os demais interesses. Ainda que, quase a totalidade dessa produção fosse destinada ao mercado externo e por ele regulada, foram os grandes proprietários de terra, particularmente os barões do café de São Paulo, que detinham o controle político e econômico. O processo de acumulação promovido pelo *boom* do café desenvolveu a tecnificação da produção, introduzindo a lógica industrial na produção agrícola. Ao longo de cem anos (1850-1950), o mundo rural passou a integrar-se como um elemento a mais da cadeia produtiva agroindustrial, determinado mais pelas necessidades inerentes à indústria do que pelo ciclo de produção agrícola.

O peso do setor hoje é determinado pela medida em que se insere nos interesses do capital agroindustrial, já que *"a produção agrícola passou a constituir um elo de uma cadeia, negando por completo as antigas condições do complexo rural fechado em si mesmo e em grande parte as do complexo agro-comercial pre-vaiente até os anos 60."* (SILVA, 1996:24)

A implantação desses complexos desarticula a antiga harmonia homem-natureza e cria uma nova, à imagem e semelhança do mundo industrial. O aumento descomunal da produtividade advindo da tecnificação, principalmente mecânica e química, antes, durante e depois da parte propriamente agrícola dos complexos, permite que, reduzindo progressivamente a proporção de força de trabalho rural ocupada, se produza o necessário tanto às indústrias de insumos, para trás do setor agrícola, como das indústrias processadoras para frente. A generalização deste modelo não impede a existência de grupos de produtores rurais relativamente autônomos em relação às agroindústrias. Entretanto, a di-

nâmica do seu movimento serve de referência para a orientação do atual ciclo produtivo rural como um todo.

É necessário destacar ainda que a presença de agroindústrias, por si só, não explica essa dinâmica. Nos primórdios da industrialização brasileira, o desenvolvimento industrial surgiu como uma necessidade de processamento dos produtos agrícolas. As indústrias *"eram deriva-*

das da atividade agrícola e quase não dispunham de vínculos setoriais 'para trás' com o setor interno de

bens de capital e insumos." (SILVA, 1996:31) O conceito de CAI pressupõe a inversão da relação de dependência e dominação, pela qual a atividade agrícola deriva da atividade industrial; ou seja, as determinações de o quê, como e quando (com exceções) produzir na agricultura, estão fora do seu controle, alterando o sentido e a natureza dos vínculos intersetoriais (agricultura-indústria).

As modalidades de integração das atividades industriais e agrícolas variam de acordo com o tipo do produto e são definidas por este, isto é, não se pode falar em um único modelo de CAI. Por exemplo, na produção de açúcar e álcool, o usineiro é geralmente o dono das lavouras de cana e controla o processo de ponta a ponta, a força de trabalho agrícola é basicamente assalariada, e ele próprio é responsável pelos insumos da lavoura. Já na produção de leite e derivados, as usinas processadoras dificilmente possuem plantel próprio de gado leiteiro, firmando contratos de fornecimento de leite com pequenos e médios produtores rurais, que estabelecem as relações com a indústria para trás na compra de produtos veterinários e fertilizantes (química) e maquinário (mecânica).

A principal característica do conceito de CAI não é, portanto, a presença de indústrias no campo, mas a qualidade dos vínculos entre indústria e agricultura, a *"subordinação da agricultura à dinâmica industrial"* (SILVA, 1996:34).

A EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE DA PEQUENA PRODUÇÃO RURAL

Ao longo desse processo de modernização da agricultura no Brasil, cresce o contingente de pequenos produtores rurais cujas dificuldades de se reproduzir como tais aumentam a cada safra. Ano a ano, esses pequenos produtores assistem à redução da margem de retorno do seu trabalho, à diminuição permanente de suas expectativas e perspectivas (aliada à *dureza natural* própria do trabalho no campo) e à sua eventual (des)ocupação como produtor rural. A progressiva e geral queda do custo médio da produção que acompanha a modernização da agricultura torna cada vez mais difícil a sustentação da produção não integrada, ao menos em determinados produtos, em algum dos complexos existentes.

Dentro do segmento considerado como pequenos produtores rurais, verificam-se modalidades diferenciadas de inserção nessa modernização, dependendo de cada grupo concreto considerado: parceiros, foreiros, arrendatários, moradores, proprietários sitiantes, ocupantes, meeiros, posseiros, integrados etc, foram-se constituindo através de trajetórias singulares que não podem ser deduzidas como efeito ou consequência necessária do movimento de reordenação da força de trabalho rural em curso. Vale dizer, considerar os pequenos produtores rurais do ponto de vista do conjunto do

"A produção agrícola passou a constituir um elo de uma cadeia, negando por completo as antigas condições do complexo rural fechado em si mesmo"

das da atividade agrícola e quase não dispunham de vínculos setoriais 'para trás' com o setor interno de

processo produtivo não significa desconsiderar o que é específico. Trata-se antes do reconhecimento de que as possibilidades da atual dinâmica agrária brasileira demarcam *objetivamente* o moderno mercado de trabalho agroindustrial.

Falando estritamente no que se refere à relação dos pequenos produtores com o processo produtivo em si mesmo, as inovações tecnológicas introduzidas no campo foram acompanhadas, concomitantemente, por um conjunto de alterações e inovações nas suas práticas de trabalho. Por exemplo, para trabalhar no circuito do CAI de carne suína, ou seja, para conseguir manter-se nos índices de produtividade possíveis à tecnologia de ponta nesse ramo da produção, o suinocultor precisa reaprender a tratar dos animais. O controle técnico do desenvolvimento do rebanho, que vai desde a reprodução até a entrega, torna cada vez mais obsoletas as práticas tradicionais, ao mesmo tempo que cria a necessidade de força de trabalho capaz de operar dentro dos limites desse controle.

O desenvolvimento das *novas competências operacionais e gerenciais* tem sido o eixo das práticas educacionais de extensão rural, sejam estatais ou empresariais. No seu conjunto, essas práticas contribuíram decisivamente na formação de um mercado de força de trabalho apto à reestruturação produtiva rural, potencialmente capaz de desempenhar satisfatoriamente as tarefas do ciclo produtivo tecnificado. A extensão rural, na sua grande maioria, estabeleceu o patamar de conhecimentos e valores articulados com o movimento de expansão da agroindústria, garantindo, ao mesmo tempo, a inserção dos mais bem preparados nesse mercado de elite de produtores. Essa característica adquirida é entendida como *empregabilidade*.

O conceito de *qualificação profissional*, objeto de praticamente todos os programas educacionais de extensão rural, tem o caráter de *adaptabilidade* e *empregabilidade* num mercado de trabalho em transformação. As políticas educacionais de qualificação profissional rural têm o efeito real de aumentar as chances dos pequenos produtores para responder às demandas operacionais e gerenciais desse mercado de trabalho, pois de fato eles passam a ser portadores de competências sem as quais não lhes seria possível atingir os resultados de produtividade, a manutenção de um nível médio de qualidade e a padronização e a regularidade controlada de fornecimento em escala industrial. Do ponto de vista da organização racional do trabalho, o sucesso dessas políticas de formação se justifica pelo sucesso do conjunto de agricultores *adaptados* aos novos padrões, capazes de *empregar competitivamente* sua capacidade instalada de força de trabalho no mercado agroindustrial.

De imediato, surge a questão daqueles que, *portadores de competências ou não*, vêm empobrecendo safra após safra ou simplesmente passam a engrossar o contingente de produtores rurais em êxodo para as ci-

dades, ficando à margem desse mercado de trabalho. Para esses, do ponto de vista da possibilidade de sua permanência como produtor rural, o sucesso das políticas educacionais de extensão rural se justifica pela construção do entendimento do que seja o *seu fracasso*, acenando com a inevitável e crescente perda de competitividade das práticas não modernizadas, passando a ser, por essa razão, *inempregáveis* como força de trabalho. Em outras palavras, o sentido da permanência ou da exclusão no ciclo produtivo, entendido como *sucesso ou fracasso* dos agricultores, se justifica pela *subordinação ou insubordinação* ao novo modelo. Se a qualificação profissional aumenta formalmente as chances para todos, a justificação do problema do fracasso individual *para os fracassados* acaba sendo incor-

porada *por eles* como uma *des-qualificação* pessoal: *os menos capazes; os menos trabalhadores; os mais atrasados; os menos competentes*. Então, o fato de o mercado de trabalho agroindustrial não comportar mais produtores rurais se explica porque ficaram "inempregáveis", contraparte necessária da qualidade de "empregável".

O duplo sentido do conceito de *empregabilidade/inempregabilidade* constitui o elo de articulação funcional-sistêmica entre as políticas educacionais profissionalizantes das agências de extensão rural e a dinâmica industrial de produção rural. De fato, a *pedagogia da competitividade* veiculada nos seus programas de qualificação justifica as crescentes dificuldades da pequena produção rural em continuar dentro do circuito produtivo agropecuário, pela tese das aptidões pessoais como determinantes no processo de inclusão/exclusão no circuito produtivo da pequena produção rural. Vale destacar que essa tese encontra algum respaldo empírico em situações que reforçam o binômio sucesso/fracasso.

Entretanto, ainda que seja possível recorrer a exemplos da realidade que demonstrem sua validade, essa tese tem seu alcance analítico limitado pelas próprias especializações profissionais que contribuiu para formar. Se por um lado a qualificação abre oportunidades verdadeiras de inclusão no moderno ciclo de produção, por outro, reforça a exclusão e o desemprego na medida em que essa força de trabalho rural requalificada, re-ordenada como *força de trabalho industrial*, consegue produzir mais, em menos tempo e com

“O desenvolvimento das novas competências operacionais e gerenciais tem sido o eixo das práticas educacionais de extensão rural”

controle da qualidade. Vale dizer que, seja qual for o nível de empregabilidade individual atingido, as possibilidades concretas de uso desta qualificação adquirida são progressivamente reduzidas para todos, indistintamente.

O crescente número de desempregados no campo parece não receber, então, qualquer efeito benéfico das políticas de formação que se propõem a reduzir essa curva crescente; e nem poderia ser diferente. Se analisadas como constitutivas do processo de modernização do campo, é mais provável descobrir que orientaram e justificaram a representação da expansão industrial rural na linha da competição. Esta, que opera uma seleção entre os mais preparados, contribui tanto para educar a força de trabalho rural para a produtividade em escala industrial, como para torná-la produtivamente dispensável aos seus próprios olhos. Isto significa, na

verdade, que o ato de educar para a empregabilidade *desprepara* para refletir objetivamente sobre sua situação concreta, com o que as possíveis tentativas de resposta à sua eventual desocupação acabam tendo como sustentação verdades fragmentárias e hipóteses indemonstráveis.

Em síntese, uma educação profissionalizante para a efetiva ocupação produtiva da força de trabalho da pequena produção rural não

poderia deixar de fora a compreensão das características dinâmicas do movimento de industrialização das relações de produção rurais em curso. Ampliado, desta maneira, o conceito de empregabilidade poderia tornar-

“Por um lado a qualificação abre oportunidades verdadeiras de inclusão no moderno ciclo de produção, por outro, reforça a exclusão e o desemprego”

se uma poderosa ferramenta analítica e prática na busca de alternativas viáveis, pois evidenciaria *para os pequenos produtores* a localização precisa de sua posição no atual contexto produtivo.

*Professora convidada da UFSC
Presidente da Associação de Educadores da América Latina e do Caribe/Sessão Brasil - AELAC/Brasil

**Mestrando PPG - Sociologia Política/UFSC

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Jalcione. *A busca de autonomia na agricultura: estratégias, limites e possibilidades*. In: Cadernos de Sociologia, V. 6. Porto Alegre: ? ; 1994
- BOLLMANN, Maria da Graça. *Do movimento social à escola sindical: a trajetória da educação de classe dos trabalhadores rurais dos vales dos rios Tijucas e Itajaí-Açu*. Rio de Janeiro: PUC, 1991. Tese de Doutorado
- CASTRO, L.F. & CALAZANS, M.J. & SILVA, H.R. *Estudo retrospectivo da educação rural no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV/IESAE; 1979. Relatório de pesquisa
- CHONCHOL, Jacques. *Los sistemas agrarios después de la Segunda Guerra Mundial y la modernización conservadora de los años 1970-1980*. In: CHONCHOL, J. *Sistemas agrarios en América Latina. De la etapa prehispánica a la modernización conservadora. México e Chile*. Fondo de Cultura Económica; 1994
- DIEESE. *Qualificação, formação e emprego em Santa Catarina: quadro crítico da situação dos trabalhadores* (Versão Integral). Florianópolis: DIEESE/SC; 1997. N° 2. Relatório de pesquisa.
- PORTO, Maria Stela Grossi & SIQUEIRA, Deis Elucy. *A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas*. In: PORTO, M.S.G. (org.) *Politizando a tecnologia no campo brasileiro*. Rio de Janeiro: Relume e Damará; 1997
- SILVA, José Graziano da. *Do complexo rural aos complexos agroindustriais*. In: *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: UNICAMP, 1996.